

CARLOS BRANDÃO

**DESENVOLVIMENTO NACIONAL, POLÍTICAS REGIONAIS E O PODER DE
DECISÃO SEGUNDO CELSO FURTADO**

“A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste”. (FURTADO, 1989, p. 23)

As problemáticas nacional e regional são mais do que decisivas e atuais no Brasil. São recorrentes, se entrecruzam e se confundem, se tornando constitutivas e cruciais para qualquer reflexão acerca de possíveis alternativas estratégicas futuras de desenvolvimento para o País.

Qualquer caracterização mínima do nacional brasileiro deve conter, como ingredientes mínimos, seu grande porte, sua dimensão continental em variados aspectos, suas diversidade, heteronomia e heterogeneidade estruturais. Também dever-se-ia acrescentar o fato peculiar de o Brasil ser, apesar de congenitamente erigido sobre estruturas deformadas, destinado, como apontaremos, a experimentar ciclicamente taxas elevadas de crescimento econômico.

O processo de crescimento econômico é contraditório: “em uma economia que não cresce, todas as prioridades perdem nitidez, reduz-se o espaço para a ação” (FURTADO, 2002). Assim, o crescimento econômico possibilita a exploração de recursos ociosos, latentes e ocultos, que só são ativados em ambiente macroeconômico dotado de dinamismo. Por outro lado, por “fundar-se na preservação de privilégios” (FURTADO) o crescimento enubla a plena identificação dos interesses, dificultando os tensionamentos exigidos pelo processo de desenvolvimento durável e consistente.

Ao contrário, qualquer boa noção de desenvolvimento deve ressaltar sua natureza de processo de *exercitar opções alternativas* frente a uma temporalidade construída e não imediata, apta a sustentar escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder (de comando sobre o destino de determinada sociedade). Ou seja, esse processo estrutural é atinente às formas de organização social que são erigidas historicamente, por meio das quais socialmente se extrapolam as necessidades momentâneas (engendrando um horizonte temporal mais largo e duradouro), *dando uso não conjuntural aos seus feitos coletivos, gerando propósitos não instantâneos e diretos, podendo eleger trajetórias alternativas*. Nesse sentido, ao

contrário da preservação de privilégios que representa o processo de crescimento econômico, o desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças sociais que perenizam o subdesenvolvimento. O processo de desenvolvimento exige assunção da conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais, identificar sujeitos sociopolíticos portadores de decisão transformadora. Impõe a análise das hegemonias, dos poderes e das hierarquias, construindo mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, interestatais, geoeconômicas, inter-regionais, interurbanas e geopolíticas).

Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o Brasil nunca conheceu verdadeiro processo de desenvolvimento, posto que, malgrado dispor de mecanismos dinâmicos de crescimento econômico cíclico, convive com poderosas e permanentes estruturas de reprodução de desigualdades que ampliam suas heterogeneidades estruturais e perenizam sua situação de subdesenvolvimento. Por um lado, a economia brasileira é dotada de gigantescas massas redundantes de capital, que encontram escasso destino nas órbitas e circuitos internos a nosso “sistema econômico nacional”, mas realiza recorrentemente uma itinerância expansiva de “fuga para a frente” que lhe permite conhecer taxas razoáveis de crescimento. É essa característica que foi percebida pelos nossos intérpretes, com destaque para Ignácio Rangel, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Os dois últimos falam, respectivamente, dos ciclos de negócios facilitados e da verdadeira procissão de milagres em que se constituiu a história brasileira. Por outro lado, ao mesmo tempo, o País se configura como uma das maiores máquinas de produção e reprodução de desigualdades, de toda ordem e natureza, do planeta.

Nesse sentido, armar estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento requer que se busque construir maior homogeneização social, isto é, que se promovam mudanças nas relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados para que os mesmos possam acessar novos horizontes de possibilidades. Requer ainda que se procure ativar recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Como afirma Furtado,

“[...] a superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura [...]. A questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural”. (FURTADO, 2000, p. 6)

Dentre as habilitações necessárias, o acesso a terra e à educação são fundantes. Como afirma Tânia Bacelar (2009, p. 41), Celso Furtado “estava convencido, à luz do que ocorreria, que enquanto não se mexer na estrutura fundiária e não se promover o acesso da população ao conhecimento, a tragédia regional não será equacionada”.

Este ensaio procura discutir como os temas do desenvolvimento nacional e regional estão intimamente ligados à análise dos centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Lembra nossos mecanismos de reprodução de estruturas de dominação arcaicas e demonstra como o Brasil construiu uma trajetória truncada de desenvolvimento, que recorrentemente trava o processo de homogeneização e o acesso mais amplo a direitos fundamentais, ao lado de constituir uma deformada aplicação de recursos produtivos que reduzem a eficiência do sistema econômico e coloca o País em uma posição subordinada no contexto internacional, dificultando a construção plena da Nação. Nesse contexto, a implementação de políticas regionais que pudessem fazer aflorar nossa diversidade, ao mesmo tempo que enfrentasse o desigual desenvolvimento de suas regiões, fica seriamente comprometida.

O enfrentamento de nossas enormes desigualdades inter-regionais apenas poderia se dar no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento que refortalecesse o constitutivo papel do espaço nacional. Ao contrário do que assevera parte da literatura especializada, a escala nacional continua sendo decisiva e foi ampliada no período recente. A escala nacional é constitutiva do processo de desenvolvimento capitalista. O nacional é um complexo constructo histórico, sociopolítico e econômico que apresenta variadas dimensões: o domínio sobre os instrumentos de coordenação e regulação; sobre determinada circunscrição espacial historicamente construída; sobre o sistema de normas e instituições; sobre a manipulação dos preços fundamentais da economia (câmbio, juros, salários) e dos esquemas específicos de endividamento público; dos registros dos direitos sobre a propriedade privada etc. O espaço nacional é a moldura de enquadramento e disciplinarização da potência mercantil que, via macrounidades políticas, possa lograr algum controle e coação das macrodecisões

sobre as microdecisões autônomas privadas. Ou seja, a construção da escala nacional envolve a criação de domínio, de se exercer controle, moderar, disciplinar a mercantilização. Essa circunscrição deve moldar os cálculos e microdecisões empresariais favoráveis a composições de portfólios que valorizem menos a retenção de massas de riqueza monetária do que as inversões em empreendimentos produtivos, geradores de trajetórias sustentáveis de crescimento econômico. O poder nacional deve defender a criação de oportunidades internalizadas de acesso a bens e serviços e coordenar a abertura de horizontes de enriquecimento nas fronteiras internas.

O ordenamento jurídico-legal do espaço nacional e os arranjos administrativos e de gestão são fundamentais e dependem da correlação de forças políticas estabelecidas em cada conjuntura histórica. Caracteres distintivos em dado recorte espacial são definidos pelas peculiares estruturas de propriedade, distribuição da renda e da riqueza e pelas estruturas de consumo de suas classes sociais montadas. Por outro lado, configurações sociais criativas, estruturas e processos inovativos e de interação entre produção e inovação, sistema de aprendizado (científico, tecnológico, educacional-cultural etc.), aptos a interpretar informações e conhecimentos e os reelaborar, criando competências e dinâmicas adaptadas às suas especificidades histórico-culturais, são elementos importantes do sistema social de forças produtivas nacionais. A depender das especificidades da base produtiva montada e das estruturas empresariais com que se pode contar, avança-se mais ou menos na construção de graus de autonomia e soberania do arcabouço legal-institucional nacional que é legitimado na escala nacional. Assim, erguer a escala nacional envolve proteção e controle sobre os mecanismos “autorreguladores” das forças mercantis, ciente que o mundo real-concreto capitalista é composto de rivalidades e relações hierárquicas entre os Estados Nacionais, suas moedas, sistemas financeiros e sistemas empresariais etc., e não um campo homogêneo de relações mercantis em ambiente de concorrência perfeita, em um mundo plano e numa plataforma inerte espacial.

Mas o espaço nacional é também uma configuração cultural, social e política. É o lócus privilegiado do poder e arena de constituição, enfrentamento e concertação de interesses, de alinhamento político mínimo, para além das clivagens de frações de classe e interesses. Abriga o conjunto das forças sociais (re)produtivas e dos sistemas empresariais, o ambiente, o arcabouço e o ordenamento jurídico-legal, os arranjos administrativos e de gestão que a correlação de forças políticas estabelece em dado território nacional.

Assim, o federalismo (enquanto pacto territorial de poder) é o objeto analítico fundamental para se realizar as mediações teóricas necessárias entre o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento regional. Em várias obras, Celso Furtado chama a atenção para essa questão, pois em países federados como o Brasil,

“[...] somente a vontade política pode evitar que a difusão da racionalidade econômica venha transformar um tecido social diversificado num amálgama de consumidores passivos. E essa vontade política entre nós é inseparável do federalismo. O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira é exatamente esse de estimular a capacidade criativa em todos os segmentos, capacidade que entre nós tem raízes regionais”. (FURTADO, 1999, p. 53)

Sem um mínimo de cooperação, solidariedade e conciliação dos interesses intra e inter-regionais dificilmente se avançará na construção de um projeto nacional de desenvolvimento que construa cidadania, acesso a direitos e logre enfrentar as forças fragmentárias dos indivíduos-consumidores (representados por instâncias políticas ultraconservadoras), elaborando outras formas de convivência civilizatória que refundem nosso trunfo de diversidade e inventividade regionais. Como insistiu Furtado (1999, p. 46), “no Brasil, a luta pelo federalismo está ligada às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas do imenso território que o forma”. Ele propõe um esforço intelectual e político de transformação social que, enraizado em nossas especificidades históricas, seja capaz de lograr a constituição de formas sociais mais acionadoras de nossa criatividade e diversidade cultural, “fazendo aflorar nossas energias contidas”, para desmontar vigorosamente nossas desigualdades sociais e regionais. “Na diversidade das regiões estão as raízes de nossa riqueza cultural. Mas a preservação desta riqueza exige que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional” (FURTADO, 1999, p. 46).

A natureza e o sentido de uma intervenção política sistêmica, com o objetivo de constituir estratégias de desenvolvimento em países continentais, heterogêneos e desiguais como o Brasil, só poderiam se dar em contexto em que as forças federativas dos pactos territoriais de poder estivessem colocados em questão.

Por suas características de tamanho e heterogeneidade, o estudo da experiência europeia de construção federativa de estratégias de desenvolvimento continental, nacional e regional pode ajudar a elucidar pontos importantes para o caso brasileiro.

Possíveis lições ao Brasil do desenvolvimento continental, nacional e regional na Europa contemporânea

Não resta nenhuma dúvida que nas três últimas décadas as disparidades inter-regionais em todo o mundo se acentuaram muito em suas diversas dimensões e formas de manifestação: exclusão social, travamento político e marginalização socioeconômica de pessoas e porções territoriais.

A fim de enfrentar tal fenômeno do aumento do fosso entre as regiões mais e as menos desenvolvidas, a experiência europeia é a mais ousada da história. Não apenas pela magnanimidade desse empreendimento, mas, sobretudo, pela diversidade, heterogeneidade estrutural e variedade cultural, geográfica e histórica da Europa. Assim, o estudo aprofundado, teórico e empírico dessa experiência ganha importância e pode aportar, sem dúvida, importantes lições para o estudo da dimensão territorial do processo de desenvolvimento no Brasil e a discussão de possíveis estratégias de ação pública que lograssem combater as desigualdades regionais e sociais e, simultaneamente, valorizasse nossas múltiplas diversidades.

A Comunidade Europeia, contando hoje com 27 países membros e três candidatos a ingresso, tem o experimento mais avançado teórico e politicamente nesse sentido, procurando constituir critérios e mecanismos para operar adequadamente ações estratégicas continentais, nacionais e regionais. Um ponto decisivo, de partida, é que a Europa é hoje o principal palco de observação de ações que buscam reconstruir e respeitar os diversos planos (analíticos e políticos) das escalas espaciais (local, regional, nacional etc.) e, simultaneamente, construir, de forma extremamente original, a difícil escala supranacional. Em outras palavras, a experiência da política regional europeia se destaca pela envergadura e complexidade do empreendimento de se construir efetivamente, pela primeira vez na história da humanidade, a escala supranacional, não obstante a valorização e o respeito às lógicas, às estruturas e às dinâmicas de todas as outras escalas espaciais, do local ao global.

Nesse sentido, a experiência criativa e ousada da Europa contemporânea reveste-se da maior importância por procurar, assumindo toda a conflitualidade, a construção durável do processo de desenvolvimento, da promoção sociopolítica de renovados patamares de coesão econômica, social e territorial, concentrando recursos e ações em prioridades específicas para transformar a Europa em uma economia mais dinâmica e competitiva e com menores disparidades intra e inter-regionais.

Esse ousado experimento histórico, bastante original e avançado, apresenta uma abordagem inovadora das escalas espaciais e instrumentos de intervenção, com o propósito de promover estratégias territorializadas de desenvolvimento.

Foi reforçado o objetivo maior de reconstruir permanentemente o federalismo enquanto pacto territorial do poder, para não deixar aumentar o hiato entre as regiões e buscar-se a convergência de renda e riqueza entre elas. A lista dos objetivos da política regional europeia é elucidativa dos desafios postos: promover o desenvolvimento de regiões em atraso; reconverter regiões em declínio; facilitar o ajuste estrutural de áreas rurais; promover áreas com baixa densidade populacional; combater o desemprego etc. Assim, as políticas de coesão procuram contrabalançar os aumentos de desníveis entre as áreas mais pobres e as mais ricas da Europa.

Tendo por base os valores maiores da solidariedade (com regiões desfavorecidas) e coesão (buscando reduzir disparidades), busca-se não somente o apoio às regiões atrasadas como, também, a construção simultânea das coesões econômica, física, social, política e territorial, sempre com a definição da escala mais adequada para se ativar os potenciais inovativos e de desenvolvimento, aumentando sua capacidade de reação e resposta e o empenho em extrair o melhor de suas potencialidades. Nesse contexto, a coerência entre a coesão e a concorrência é um desafio importante.

Ao lado do apoio às áreas em retardo, declínio ou estagnação (ou com necessidade de reconversão produtiva), negociações e mecanismos de preparação para a adesão (no contexto do alargamento), típico das estratégias do prisma mais redistributivo-compensatório, que pensam o conjunto territorial como um todo, há o apoio à reorientação estrutural da economia para as atividades baseadas no conhecimento, encorajando a inovação. Ou seja, simultaneamente se apoiam as regiões desfavorecidas (elegíveis para se beneficiarem do apoio transitório em busca da convergência) – em um esforço de melhor distribuição inter-regional dos frutos do processo de crescimento econômico – e se apoiam os sistemas empresariais e produtivos rumo à uma inserção mais competitiva no contexto internacional.

Uma das principais orientações estratégicas para este período é “ter em conta a dimensão territorial da política de coesão”. Ou seja, “a política de coesão deve adaptar-se às necessidades e características específicas dos territórios, em função dos problemas ou das oportunidades resultantes da situação geográfica”.

Também a análise dos princípios da intervenção dessa política é decisiva para a orientação das estratégias de desenvolvimento e possível lição para o caso brasileiro: *subsidiariedade* para que se procure esgotar em um nível menor as possibilidades de intervenção da política pública (ou seja, a instância superior

age apenas se a inferior foi incapaz de alcançar aquele objetivo); *concentração* em objetivos prioritários, para evitar sobreposição de mecanismos e descoordenação de estratégias; *adicionalidade* para que os esforços financeiros e os recursos à disposição de uma região possam receber uma adição (um equivalente) ou contrapartida local; *programação* para organizar ações plurianuais; *cooperação* para que haja articulação (parcerias em concertação) entre instituições e governos.

Estão sendo construídas renovadas institucionalidades, arranjos institucionais, contratos e pactos territoriais. Importantes na atual fase da política regional são a integração e a cooperação regionais e o reforço de capacidades institucionais. Além disso, é fundamental estudar os novos arranjos institucionais, como os pactos territoriais, isto é, acordos (estruturados em nível supramunicipal e infrarregional) contractualizados em documento estratégico que contém compromissos operativos e financeiros. Parte importante dessa visão europeia de implementar estratégias continentais está ancorada nas possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento, procurando entender o território como ligadura, junção, confluência, ao mesmo tempo em que este encerra conflitualidade, contenda de interesses múltiplos e lócus de possibilidades de concertação de projetos em disputa. Esses contratos buscam articular horizontalmente os agentes políticos de determinada escala. Buscam comprometer, compartilhar e construir uma lógica mais cooperativa entre escalas, níveis e esferas – lançando mão de variados instrumentos institucionais, jurídicos, urbanísticos etc., e politizando as relações –, e tentam vencer as competências superpostas, rediscutir atribuições e evitar a dispersão da autoridade e de recursos.

Transcendendo a escala nacional, a União Europeia implementa, de forma original, a construção da escala supranacional. O empreendimento da comunidade europeia assume a construção conflituosa e complexa da escala continental, enquanto revaloriza escalas locais e regionais.

Assim, a União Europeia vem experimentando um conjunto de políticas que procuram realizar de forma democrática a transferência de atribuições, ora para os âmbitos supranacionais, ora para os âmbitos subnacionais, dentro de uma perspectiva de que a construção de espaços públicos para a construção cotidiana de pactações federativas é o principal desafio da política comunitária em seu corte regional. Construir a supranacionalidade, avançando no processo de alargamento com o ingresso de novos estados-membros, desafia a composição da necessária intergovernabilidade.

Nessa construção original de escala acima da nacional há a assunção explícita de que essa é uma elaboração política e institucional inerentemente conflituosa. Lição importante, contrariando a literatura atual, que advoga um consenso preestabelecido nas discussões da promoção de estratégias de desenvolvimento.

Travamentos e impasses do desenvolvimento nacional e regional no Brasil

No caso brasileiro, os desafios são enormes, pois caberia, simultaneamente, romper com as forças reacionárias e desarticuladoras da construção nacional e estabelecer estímulos à identidade/diversidade/diferenciação/variedade, constituindo politização e participação cidadã que lograsse promover arenas de coordenação de interesses, diálogos, conflitos e consensos, reelaboradas continuamente.

Na dimensão territorial do desenvolvimento,

“[...] a descentralização regional do poder central deveria ser acompanhada de um planejamento plurianual, que permitisse compatibilizar as aspirações das distintas regiões. Só o planejamento permite corrigir a tendência das empresas privadas e públicas a ignorar os custos ecológicos e sociais da aglomeração espacial das atividades produtivas. Com efeito, somente o planejamento permite introduzir a dimensão ‘espaço’ no cálculo econômico.”
(FURTADO, 1999, p. 56)

Entretanto, ampliar a margem nacional de arbítrio (desenvolvimento), em um contexto em que “entregaram uma nação em construção travada ao mercado” (FURTADO) e em que há enorme opressão sobre os subalternos, é tarefa hercúlea. O desafio político é ganhar poder de comando sobre os centros de decisão, em uma situação em que alguns poucos “nichos decisórios” estão internalizados e a maioria se encontra sob controle externo, e em que há o progressivo estreitamento dos horizontes temporais (e da legitimidade) para as ações públicas estruturantes e coordenadoras.

O contraponto teórico e político das forças reacionárias e conservadoras (de um caminho pré-definido, um modelo importado de desenvolvimento, considerado colonizadamente como “melhor”) deve estar orientado por uma visão de que construir o verdadeiro caminho para o processo de desenvolvimento nacional, no sentido de estender suas opções e alternativas, ampliando seu leque de oportunidades, requer o enfrentamento em várias frentes, forjando novo

patamar de homogeneidade social que se traduza em enriquecimento cultural, no sentido de Celso Furtado, e em apropriação dos avanços tecnológicos e dos novos padrões civilizatórios.

É nesse sentido que se impõe a investigação das decisões intertemporais dos agentes, da estratificação social, do poder diferencial dos sujeitos, e seus mecanismos de reprodução. É preciso, nesse esforço teórico e político, assumir o caráter contingente da história em aberto, pois “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção. As condições requeridas para que este elemento se manifeste com vigor dão-se historicamente” (FURTADO, 1994, p. 37). Furtado associa o esforço pelo desenvolvimento recorrente aos processos de iniciativa, criatividade, melhorias nos “sistema de incitações”, inventividade e enriquecimento do universo de valores capaz de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões. Uma vez consolidadas, essas ações estratégicas pelo desenvolvimento podem constituir estruturas sociais capazes de gerar “forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”.

O esforço de enfrentar o subdesenvolvimento e de construir o desenvolvimento deve estar orientado pela pergunta sobre a natureza e a potência dos centros de decisão e do poder de comando, abrindo espaço ao cálculo intertemporal. No sentido da elaboração analítica furtadiana, as estratégias de desenvolvimento exigem “atos planejadores” de preocupação com um horizonte temporal para além do imediatismo e do imobilismo, procurando engendrar possíveis e alternativas vias, trajetórias, estilos e modos de desenvolvimento, estruturando opções (possibilitando respostas diversas e concretas a problemas concretos). Portanto, deriva daí uma perspectiva de desenvolvimento que necessariamente envolve tempo e espaço nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interespacialmente, intersetorialmente etc.) recursos produtivos e econômicos, e excedente social. A análise dos centros de decisão envolve se questionar recorrentemente como se estruturam os poderes e as hierarquias que determinam as ações cruciais e a cadeia de reações a esse poder de comando. Impõe-se dimensionar com quais sujeitos sociopolíticos históricos podemos contar.

Celso Furtado desenvolveu a ideia de que “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais” (FURTADO, 1980, p. 26). Há decisões de diferentes naturezas:

“[...] decisões há que visam exatamente a limitar o poder de iniciativa de certos agentes; ou a canalizar esse poder em função de objetivos de ordem mais geral [...] É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil de um sistema econômico. A necessidade de lograr um certo grau de coerência entre as atuações desses centros coordenadores explica a presença de um centro hegemônico. [Não obstante] A ação de um centro emissor de decisões coordenadoras pode esgotar-se em certo espaço ou pode confinar-se setorialmente.” (FURTADO, 1978, p. 18)

Cabe averiguar estruturas decisórias e a natureza da atuação dos agentes econômicos, por exemplo, do mundo da finança e do mundo produtivo, procurar entender como vai se redefinindo, no processo histórico, o modo de relacionamento entre os heterogêneos espaços urbano-regionais. O andamento da acumulação de capital promove a coerência imposta a processos, lógicas e dinâmicas muito diversas e variadas. Cabe às forças sociais, ao Estado e ao processo de planejamento procurar conter essas lógicas instrumentais e promover o avanço sociopolítico e cidadão.

Essas lógicas privatistas mudam de forma, devendo tais forças sociais e políticas insurgentes com o processo de subdesenvolvimento buscar conter a exacerbação de “tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social, pois formas mais sutis e insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiros e tecnológicos, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas” (FURTADO, 1985, p. 11). Dever-se-ia buscar frear o ímpeto dos “sistemas de símbolo importados que com frequência ressecam nossas raízes culturais” e que buscam a “uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados” (FURTADO, 1985, p. 15).

Em suma, torna-se necessário apreender o processo de desenvolvimento capitalista, suas estruturas e sobre o papel de sujeitos e agentes cruciais tomando decisões e provocando reações a decisões, em um contexto histórico em aberto, contingente, à espera de forças sociais que lhe deem conteúdo e sentido e logrem construir trajetórias mais autônomas, assentadas em sua específica riqueza cultural, e vias plurais alternativas de desenvolvimento. Como “toda decisão envolve uma forma de exercício de uma forma de poder”, seria preciso

“[...] ver os processos econômicos como cadeia de decisões e estas como estruturas de poder [...] Não existe organização sem coordenação e controle, e para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos [...] todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é a planejar sua ação [...] neste contexto da economia vista como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente”. (FURTADO, 1980, p. 33)

Nesse contexto, “importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc.” (FURTADO, 1980, p. 33).

Certamente, Furtado foi o autor no mundo que mais deu contribuições para o entendimento da natureza da condição de subdesenvolvimento (e a precariedade de seus centros de decisão) e dos desafios de sua superação. Segundo ele, os impasses e constrangimentos estruturais na tarefa de armar vias históricas possíveis e alternativas de se reter e comandar excedente social com crescentes graus de autonomia e colocar em ação as potencialidades de um sistema de forças produtivas, constituindo um “sistema econômico nacional” que promova acumulação reprodutiva e homogeneização, de forma simultânea, no tempo e no espaço são hercúleos. Como integrar produtiva e socialmente uma nação, evitando os riscos de fragmentá-la? Como enfrentar a falta de “homogeneidade social” e os percalços da modernização dos modos de vida miméticos? Como desatar as energias da criatividade contida e valorizar a riqueza cultural de uma civilização nacional com alta diversidade? Como afirmar a necessidade da presença constitutiva do Estado e do planejamento para estruturar estratégias concretas de desenvolvimento?

Deixou, em variadas oportunidades, a brilhante mensagem aos jovens economistas para que se afastassem da atração fácil das concepções teóricas importadas, que pouco ajudam a pensar as especificidades do Brasil, ao mesmo tempo que se esforçou por transmitir notável crença no futuro do Brasil.

Caberia destacar seus instigantes ensinamentos para que o desenvolvimento continental, nacional e regional caminhassem juntos, pois, dentre muitos desafios, seria preciso promover a integração latino-americana “no sentido de ampliar as dimensões atuais e potenciais dos mercados, por meio de esquemas de integração econômica dentro da região”; buscar a homogeneização social, a habilitação e a entitulação, “modificando a organização agrária e empresarial, a fim de eliminar as formas antissociais do poder econômico” (FURTADO, 1969, p. 62); elaborar uma

Repactuação Federativa Cooperativa, assumindo que somos um Estado Federativo e não Unitário etc. Em suma, promover a (re)construção da Nação.

Em suma, os desafios civilizatórios brasileiros postos são enormes, pois

“[...] todos os povos aspiram a ter acesso ao patrimônio comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais são os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter acesso à criatividade, eis a questão.” (FURTADO, 1999, p. 53)

Se o Brasil tem, sobretudo em potência, de forma latente, capacidade criativa e inventividade e o gigantesco trunfo das diversidades, “somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida” (FURTADO, 1985, p. 11). Se os desafios nacionais são imensos, os regionais também o são: “temos que ter muita cautela, porque o futuro realmente é sempre muito complexo quando se trata de regiões [...] onde são tantas as variáveis que intervêm” (FURTADO, 2005, p. 27).

Segundo Furtado (1984, p. 26), “o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente”. Neste sentido, cabe questionarmos se há no horizonte brasileiro possibilidade de legitimar transformações de envergadura requeridas por nossos imensos e complexos desafios, de natureza estrutural, no que diz respeito às questões nacional e regional. Infelizmente, a resposta parece ser negativa, pelo menos em horizonte próximo.

Referências

Livros

ALENCAR JR., J. S. (org.) (2005). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

AMIN, A. (2007). Política regional em uma economia global. In: DINIZ, C. C. (org.) (2007). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

ARAÚJO, T. B. (2009). Desenvolvimento regional no Brasil. In: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO (2009). *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRANDÃO, C. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP.

FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. (2009). *Desarrollo regional y escalas espaciales*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores/ UNL.

FURTADO, C. (1966). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1975). *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1978). *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Nacional.

_____. (1984). O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO (2009). *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (1985). Desenvolvimento e cultura. MASCARENHAS, S. (org.). (1985). *Raízes e perspectivas do Brasil*. Campinas: Papyrus.

_____. (1989). *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1992a). *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1998). *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1999). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2003). Discurso de Celso Furtado proferido na cerimônia de recriação da Sudene. In: ALENCAR JR., J. S. (org.) (2005). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

RANGEL, I. (2005). *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Periódicos

BRANDÃO, C. (2008). O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico. In: *Economia-Ensaio*, (22): 2, 29-49.

FURTADO, C. (1969). Esferas de influência e desenvolvimento: o caso da América Latina. In: *Separata da Revista Análise Social*, nº 25 e 26, Lisboa, p. 50-66.

_____. (1970). Perfil da procura e perfil do investimento. *In: Separata da Revista Análise Social*, nº 27 e 28, Lisboa, p. 163-187.

_____. (1992b). O subdesenvolvimento revisitado. *In: Economia e Sociedade*, Campinas (1): 5-19, agosto.

_____. (1994). A superação do subdesenvolvimento. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, (3): 37-42, dezembro.

_____. (2000). Reflexões sobre a crise brasileira. *In: Revista de Economia Política*, 20 (4): 23-7, out./dez.

Documento eletrônico

EUROPEAN UNION (2009). http://europa.eu/pol/reg/index_en.htm. *Regional policy*.